Praticando

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

PC-AP

500 QUESTÕES

OFICIAL INVESTIGADOR DE POLÍCIA CIVIL

BANCA FUNDAÇÃO CESGRANRIO
E OUTRAS BANCAS

QUESTÕES GABARITADAS

- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico-Matemático
- Noções de Estatística e Análise de Dados
- Noções de Contabilidade e Análise Financeira
- Noções de Informática
- Direito Penal e Legislação Penal Especial
- Direito Processual Penal e Legislação Processual Penal Especial
- Direito Constitucional
- Direito Administrativo
- Direito Humanos
- História do Amapá
- Geografia do Amapá
- Legislação Institucional

Editora Solução®

A solução para o seu concurso!

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Questões gabaritadas
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Adquira agora o material completo.

www.editorasolucao.com.br

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

PC-AP

500 Questões Gabaritadas

Oficial Investigador de Polícia Civil

SL-131ST-26
7901183009282

SÉRIE PRATICANDO

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa 5
2. Raciocínio Lógico-Matemático 45
3. Noções de Estatística e Análise de Dados 53
4. Noções de Contabilidade e Análise Financeira 67
5. Noções de Informática 81
6. Direito Penal e Legislação Penal Especial 91
7. Direito Processual Penal e Legislação Processual Penal Especial 103
8. Direito Constitucional 115
9. Direito Administrativo 127
10. Direito Humanos 139
11. História do Amapá 151
12. Geografia do Amapá 159
13. Legislação Institucional 165

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (CESGRANRIO - 2023)

Pix: é o fim do dinheiro em espécie?

O Pix muda a forma como realizamos transações financeiras. Representará realmente o fim do DOC e da TED? O boleto bancário está ainda mais ameaçado de extinção? E o velho cheque vai resistir a esses novos tempos?

Abrangente como é, o Pix pode reduzir ou acabar com a circulação das notas de real? Essa é uma pergunta sem resposta fácil. O fato é que o avanço das transações financeiras eletrônicas, em detrimento do uso do dinheiro em papel, pode ser benéfico para o Brasil, em vários sentidos. O Pix tem tudo para ser o empurrãozinho que nos falta para chegarmos a esse cenário.

E por que o dinheiro em espécie resiste? Talvez você esteja entre aqueles que compram no supermercado com cartão de crédito ou usam QR Code para pagar a farmácia. Mas a feira da semana e os churros na esquina você paga com "dinheiro vivo", certo? Um dos fatores que escoram a circulação de papel-moeda no Brasil é a informalidade.

Atrelada a isso está a situação dos desbancarizados. A dificuldade que muita gente teve para receber o auxílio emergencial, durante a pandemia, jogou luz sobre um problema notado há tempos: a enorme quantidade de brasileiros que não têm acesso a serviços bancários. O pouco de dinheiro que entra no orçamento dessas pessoas precisa ser gasto rapidamente para subsistência.

Não há base financeira suficiente para justificar movimentações bancárias. Também pesa para o time dos "sem-banco" o baixo nível de educação ou a falta de familiaridade com a tecnologia.

O fator cultural também favorece a circulação do dinheiro em espécie. É provável que você conheça alguém que, mesmo tendo boa renda, prefere pagar boletos ou receber pagamentos com cédulas simplesmente por estar acostumado a elas. Para muita gente que faz parte dessa turma, dinheiro vivo é dinheiro recebido ou pago na hora. Não é preciso esperar a TED cair ou o dia virar para o boleto ser compensado. Isso pesa mais do que a conveniência de se livrar da fila da lotérica.

Embora o Brasil tenha um sistema bancário que suporta vários tipos de transações, o país estava ficando para trás no que diz respeito a pagamentos instantâneos. O Pix veio para preencher essa lacuna.

A modalidade permite transações em qualquer horário e dia, incluindo finais de semana e feriados.

Essa característica, por si só, já é capaz de mudar a forma como lidamos com o dinheiro, pois implica envio ou recebimento imediato: as transações via Pix são concluídas rapidamente.

É o fim do papel-moeda? Não é tão simples assim. O Pix não foi idealizado com o propósito exclusivo de acabar com os meios de pagamento e transferência atuais, muito menos com o papel-moeda, mas para fazer o sistema financeiro do Brasil evoluir e ficar mais competitivo.

Apesar disso, não é exagero esperar que, à medida que a população incorpore o sistema à sua rotina, o uso de DOC, TED, boletos e cartões caia. Eventualmente, algum desses meios poderá ser descontinuado, mas isso não acontecerá tão cedo — vide o exemplo do cheque, que não "morreu" com a chegada do cartão.

No caso das cédulas, especialistas do mercado financeiro apontam para uma diminuição de circulação, mas não para um futuro próximo em que o papel-moeda deixará de existir. Para que esse cenário se torne realidade, é necessário, sobretudo, atacar a desbancarização. O medo ou a pouca familiaridade com a tecnologia podem ser obstáculos, mas o Pix é tão interessante para o país que o próprio comércio incentiva o público mais resistente a aderir a ele.

ALECRIM, E. Disponível em: https://tecnoblog.net/especiais/pix-fim-dinheiro-especie-brasil/. Publicado em novembro de 2020. Acesso em: 2 dez. 2022. Adaptado.

O verbo **implicar** assume diferentes sentidos, dependendo de sua regência.

No trecho "Essa característica, por si só, já é capaz de mudar a forma como lidamos com o dinheiro, pois **implica** envio ou recebimento imediato", o seu sentido é

(A) acarretar
(B) comprometer
(C) hostilizar

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

(D) importunar
(E) requerer

2. (CESGRANRIO - 2023)
A história do método braile

Ler no escuro. Quem já tentou sabe que é impossível. Mas foi exatamente a isso que um francês chamado Louis Braille dedicou a vida. Nascido em Coupvray, uma pequena aldeia nos arredores de Paris, em 1809, desde cedo ele mostrou muito interesse pelo trabalho do pai. Seus olhos azuis brilhavam da admiração de vê-lo cortar, com extrema perícia, selas e arreios. Pouco depois de completar 3 anos, o menino começou a brincar na selaria do pai, cortando pequenas tiras de couro. Uma tarde, uma sovela, instrumento usado para perfurar o couro, escapou-lhe da mão e atingiu o seu olho esquerdo. O resultado foi uma infecção que, seis meses depois, afetaria também o olho direito. Aos 5 anos, o garoto estava completamente cego.

A tragédia não o impediu, porém, de frequentar a escola por dois anos e de se tornar ainda um aluno brilhante. Por essa razão, ele ganhou uma bolsa de estudos no Instituto Nacional para Jovens Cegos, em Paris, um colégio interno fundado por Valentin Haüy (1745-1822). Além do currículo normal, Haüy introduzira um sistema especial de alfabetização, no qual letras de forma impressas em relevo, em papelão, eram reconhecidas pelos contornos. Desde o início do curso, Braille destacou-se como o melhor aluno da turma e logo começou a ajudar os colegas. Em 1821, aos 12 anos, conheceu um método inventado pouco antes por Charles Barbier de La Serre, oficial do Exército francês.

O método Barbier, também chamado escrita noturna, era um código de pontos e traços em relevo impressos também em papelão. Destinava-se a enviar ordens cifradas a sentinelas em postos avançados. Estes decodificariam a mensagem até no escuro. **Mas, como a ideia não pegou na tropa, Barbier adaptou o método para a leitura de cegos,** com o nome de grafia sonora. O sistema permitia a comunicação entre os cegos, pois com ele era possível escrever, algo que o método de Haüy não possibilitava. O de Barbier era fonético: registrava sons e não letras. Dessa forma, as palavras não podiam ser soletradas. Além disso, o fato de um grande número de sinais ser usado para uma única palavra tornava o sistema muito complicado. Apesar dos inconvenientes, foi adotado como método auxiliar por Haüy.

Pesquisando a fundo a grafia sonora, Braille percebeu suas limitações e pôs-se a aperfeiçoá-la. Em 1824, seu método estava pronto. Primeiro, eliminou os traços, para evitar erros de leitura: em seguida, criou uma célula de seis pontos, divididos em duas colunas de três pontos cada, que podem ser combinados de 63 maneiras diferentes. A posição dos pontos na célula está ao lado.

Em 1826, aos 17 anos, ainda estudante, Braille começou a dar aulas. Embora seu método fizesse sucesso entre os alunos, não podia ensiná-lo na sala de aula, pois ainda não era reconhecido oficialmente. Por isso, Braille dava aulas do revolucionário sistema escondido no quarto, que logo se transformou numa segunda sala de aula.

O braile é lido passando-se a ponta dos dedos sobre os sinais de relevo. Normalmente se usa a mão direita com um ou mais dedos, conforme a habilidade do leitor, enquanto a mão esquerda procura o início da outra linha. Aplica-se a qualquer língua, sem exceção, e também à estenografia, à música – Braille, por sinal, era ainda exímio pianista – e às notações científicas em geral. A escrita é feita mediante o uso da reglete, também idealizada por Braille: trata-se de uma régua especial, de duas linhas, com uma série de janelas de seis furos cada, correspondentes às células braile.

Louis Braille morreu de tuberculose em 1852, com apenas 43 anos. Temia que seu método desaparecesse com ele, mas, finalmente, em 1854 foi oficializado pelo governo francês. No ano seguinte, foi apresentado ao mundo, na Exposição Internacional de Paris, por ordem do imperador Napoleão III (1808-1873), que programou ainda uma série de concertos de piano com ex-alunos de Braille. O sucesso foi imediato, e o sistema se espalhou pelo mundo. Em 1952, o governo francês transferiu os restos mortais de Braille para o Panthéon, em Paris, onde estão sepultados os heróis nacionais.

ATANES, Silvio. **Super Interessante.** *Disponível em: https://super .abril.]com.br/historia/. Acesso em: 23 out. 2022. Adaptado.*

Em "Mas, como a ideia não pegou na tropa, Barbier adaptou o método para a leitura de cegos", a oração destacada apresenta o valor semântico de
(A) fim
(B) causa
(C) tempo
(D) proporção
(E) consequência

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

1. (CESGRANRIO - 2024)

Um certo tipo de arroz integral orgânico contém 54 mg de magnésio em cada porção de 50 g.

Quantos miligramas de magnésio estão contidos em 75 g desse arroz?

(A) 50
(B) 54
(C) 75
(D) 81
(E) 100

2. (CESGRANRIO - 2023)

Considere que, em média, dois funcionários de um banco atendam 80 clientes em um período de 5 horas. O banco deseja montar uma equipe de funcionários para atender 500 clientes em, no máximo, 8 horas. Diante da média de atendimentos considerada e da intenção do banco, qual é o número mínimo de funcionários a serem utilizados na equipe?

(A) 5
(B) 7
(C) 8
(D) 10
(E) 20

3. (CESGRANRIO - 2023)

G máquinas idênticas imprimem G panfletos idênticos, em G dias, trabalhando G horas por dia. H máquinas idênticas às primeiras imprimem H panfletos idênticos aos primeiros, em T dias, trabalhando H horas por dia.

Portanto, T é igual a

(A) $\frac{H^2}{G}$

(B) $\frac{G^3}{H}$

(C) $\frac{H^3}{G^2}$

(D) $\frac{G^2}{H}$

(E) $\frac{G^2}{H^3}$

4. (CESGRANRIO - 2022)

Enchentes trazem tragédias não somente às pessoas, mas também aos animais. Um abrigo de gatos gastava, em 30 dias, 72 kg de ração, alimentando igualmente seus 28 gatos. Porém, recebeu mais alguns novos gatos, vítimas de enchente. Com esse acréscimo no número de animais e adotando a recomendação de um veterinário para aumentar em 40% a quantidade de ração para cada gato, 24 kg de ração passaram a ser suficientes para apenas 5 dias.

Quantos novos gatos o abrigo recebeu?

(A) 6
(B) 8
(C) 9
(D) 12
(E) 15

5. (CESGRANRIO - 2026)

As passagens de ônibus foram reajustadas de R$ 4,80 para R$ 5,40.

Esse aumento corresponde a um reajuste sobre o preço da passagem de

(A) 0,125%
(B) 0,6%
(C) 5,4%
(D) 6%
(E) 12,5%

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

6. (CESGRANRIO - 2024)

Uma pessoa que não exerce atividade remunerada contribui ao INSS facultativamente pagando 11% do salário mínimo nacional por mês. Em 2023, o salário mínimo nacional era R$ 1.302,00 nos quatro primeiros meses e R$ 1.320,00 nos demais meses do ano.

Quanto essa pessoa pagou, em reais, ao INSS, em 2023?

(A) 288,42
(B) 718,08
(C) 1.311,00
(D) 1.734,48
(E) 1.918,40

7. (CESGRANRIO - 2024)

Cerca de 36,7% dos aprovados no ITA estudaram em Fortaleza

Um levantamento do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) mostra que, nos vestibulares de 2012 a 2022, estudantes da capital cearense ocuparam 543 vagas, o que corresponde a cerca de 36,7% do total de vagas disponíveis. Fortaleza foi também a cidade que mais aprovou alunos em oito dos últimos 11 anos no ITA, um dos vestibulares mais difíceis do país.

Disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/educacao/ noticia/2022/12/15/36percent-dos-aprovados-no-ita-estudaram- em-fortaleza-entenda-por-que-o-ceara-tem-alta-aprovacao. ghtml. Acesso em: 3 fev. 2024. Adaptado.

Considerando-se o texto, o número total aproximado de vagas disponíveis, no período citado, é obtido por

(A) $\frac{543.100}{36,7}$

(B) $\frac{543.100}{367}$

(C) $\frac{543.100}{0,367}$

(D) $\frac{543.36,7}{100}$

(E) $\frac{543.367}{100}$

8. (CESGRANRIO - 2024)

No ano de 2023, um *videogame* foi lançado com um preço especial de lançamento. Ao longo do ano, no entanto, devido à demanda, o preço sofreu dois aumentos de 25% em regime composto. Em janeiro de 2024, o preço desse *videogame*, por causa de uma promoção, foi igualado ao seu preço especial de lançamento no ano de 2023.

O desconto dado nessa promoção foi de

(A) 31%
(B) 36%
(C) 50%
(D) 56%
(E) 64%

9. (CESGRANRIO - 2024)

Uma pesquisa da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) mostrou que a probabilidade de um brasileiro adulto investir o seu dinheiro é de apenas 36%. Para esses, o investimento mais popular é a poupança, investimento realizado por 1 a cada 4 investidores brasileiros. Com base nessa pesquisa e considerando-se uma população brasileira de 140 milhões de brasileiros adultos, quantos milhões de brasileiros adultos investem na poupança?

(A) 12,6
(B) 35,0
(C) 50,4
(D) 54,0
(E) 85,4

10. (CESGRANRIO - 2024)

O preço de lançamento de um produto é indicado por P. Ao longo de um ano, o preço do produto passou por alterações, feitas na seguinte ordem:

- Um desconto de 20%;
- Um aumento de 100%.

O percentual de cada alteração foi relativo ao preço em curso no momento da alteração. Considerando-se que Q é o preço do produto ao final das duas alterações, então, para retornar ao preço de lançamento P, bastaria que se desse, sobre Q, um desconto de

(A) 37,5%
(B) 40,0%
(C) 60,0%
(D) 62,5%
(E) 80,0%

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

NOÇÕES DE ESTATÍSTICA E ANÁLISE DE DADOS

1. (CESGRANRIO - 2021)

Um funcionário de um banco foi incumbido de acompanhar o perfil dos clientes de um determinado produto por meio da Análise de Dados, de forma a aprimorar as atividades de marketing relativas a esse produto. Para isso, ele utilizou a variável classe social desses clientes, coletada pelo banco, que tem os valores A, B, C, D e E, sem referência a valores contínuos.

Sabendo-se que essa é uma escala ordinal, qual é a medida de tendência central adequada para analisar essa variável?

(A) média aritmética
(B) média geométrica
(C) mediana
(D) quartis
(E) variância

2. (CESGRANRIO - 2024)

Uma pesquisa foi realizada com todos os 200 funcionários de uma empresa. Uma das variáveis a ser investigada é o número de dependentes por funcionário. Os dados sobre essa variável foram organizados e estão resumidos na Tabela a seguir.

Número de dependentes por funcionários

Número de dependentes	Frequência absoluta
0	20
1	40
2	50
3	60
4	25
5	5

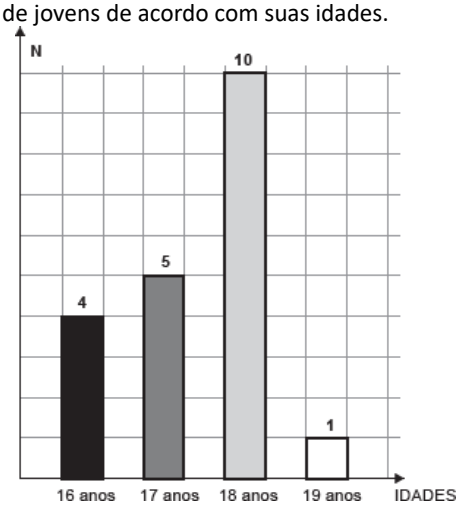
Considerando-se essas informações, o percentual de funcionários dessa empresa que têm até 2 dependentes, inclusive, é igual a

(A) 60%
(B) 55%
(C) 50%
(D) 30%
(E) 25%

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

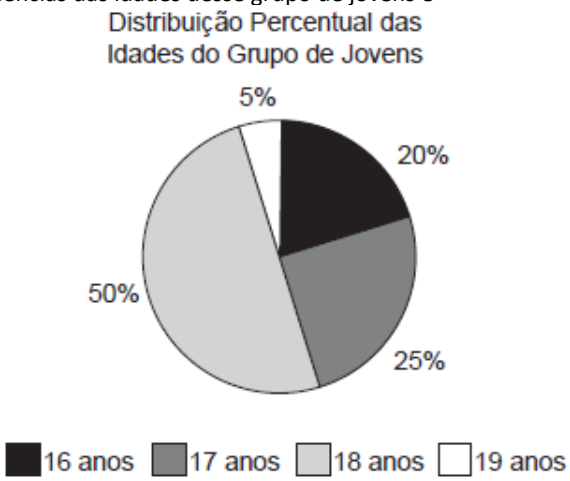
3. (CESGRANRIO - 2024)

Um grupo é formado por jovens cujas idades variam entre 16 e 19 anos. O gráfico a seguir representa a distribuição do número (N) de jovens de acordo com suas idades.

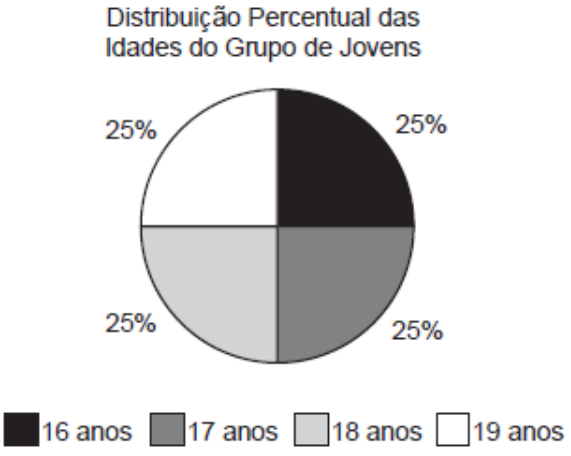


O gráfico de setores que reapresenta, em forma percentual, as frequências das idades desse grupo de jovens é

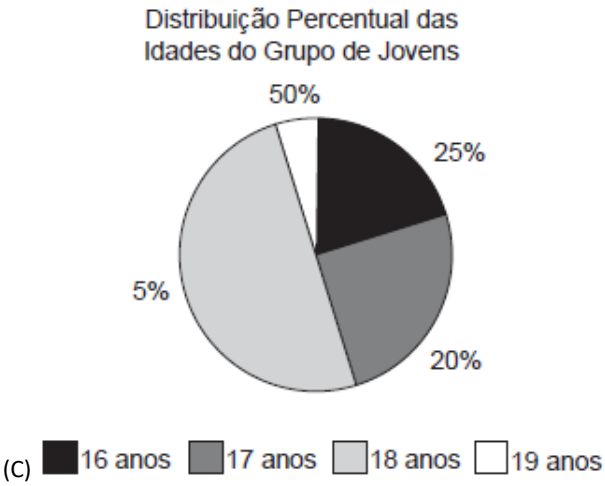
(A)



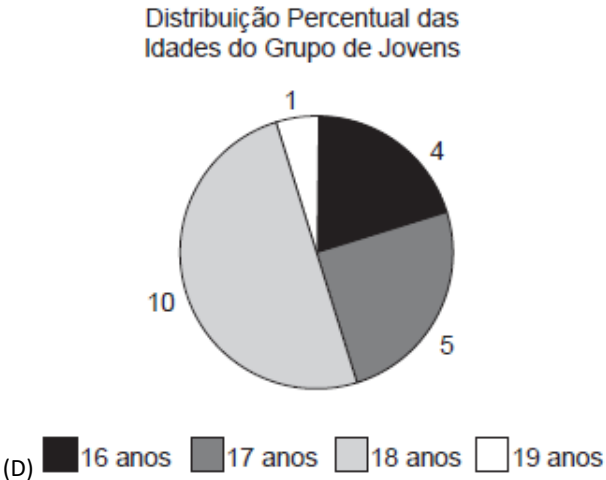
(B)



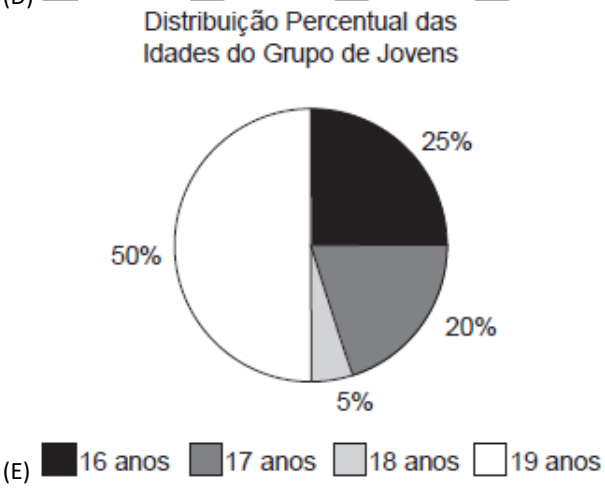
(C)



(D)



(E)



Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

NOÇÕES DE CONTABILIDADE E ANÁLISE FINANCEIRA

1. (2019)

Os elementos técnico-conceituais contábeis indicam que a situação patrimonial de uma empresa é dada pelo confronto entre os totais de seus ativos e passivos.

Nesse contexto, a empresa apresenta uma situação de passivo a descoberto quando o valor

(A) da soma das obrigações apresentar valor inferior ao do conjunto de bens e direitos.

(B) da soma de bens e direitos for insuficiente para cobrir o valor dos compromissos.

(C) dos recursos totais aplicados superarem o montante do valor da soma das dívidas.

(D) total da soma dos direitos for em valor exatamente igual à soma de suas obrigações.

(E) total da soma dos direitos resultar em valor monetário inferior ao da soma dos bens.

2. (2024)

A Estrutura Conceitual da Contabilidade objetiva melhorar a transparência e a qualidade das informações financeiras, permitindo decisões econômicas fundamentadas e responsabilizando a administração. Ela reduz a lacuna de informações, é vital para reguladores e melhora a eficiência econômica global, diminuindo custos de capital e relatórios internacionais para os negócios. Para isso, segundo preceitos do CPC 00, a comunicação efetiva de informações nas demonstrações contábeis requer a(o)

(A) classificação de informações de maneira a separar itens similares e itens diferentes para melhorar a comparabilidade.

(B) concentração em princípios e objetivos de divulgação e de apresentação em vez de concentração em regras.

(C) desagregação de informações, de tal modo que os detalhes sejam divulgados e apresentados para melhor tomada de decisão.

(D) exigência de informações que sejam comparáveis pelo período mínimo de quatro anos de reporte, de período a período, para a entidade que reporta.

(E) fornecimento de informações extensas sobre as transações financeiras, independentemente da relevância, para garantir o princípio do full disclosure.

3. (2023)

Uma entidade que opera no mercado de capitais brasileiro adquiriu um conjunto de ativos que seriam classificados em seu balanço como propriedades para investimento. A entidade avaliou que tanto a adoção do método do valor justo, quanto a do método do custo, forneceria informações relevantes e fidedignas acerca do conjunto de ativos. Uma orientação da Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro em situações dessa natureza é a

(A) adoção da política contábil que resultar em menor custo informacional.

(B) apresentação no balanço dos dois modelos de forma comparativa para avaliação do usuário.

(C) observação das características qualitativas de melhoria da informação no contexto do fenômeno.

(D) opção pela política contábil que gerar desempenho mais favorável para a entidade.

(E) seleção do modelo adotado para reportar fenômenos similares por outras entidades.

4. (2022)

O Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, aprovado pela Deliberação CVM nº 835/2019, no seu Capítulo 4 — Elementos das Demonstrações Contábeis—, contempla a seguinte definição: “direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos”.

Essa definição do Pronunciamento Técnico refere-se a

(A) Ativo

(B) Receita

(C) Controle econômico

(D) Patrimônio líquido

(E) Recurso econômico

5. (2022)

Ao tratar da definição de Patrimônio Líquido (PL), a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Financeiro indica referir-se à participação residual nos ativos da entidade.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Como consequência dessa definição, ao aplicar o conceito, um profissional contábil deve considerar que as(os)

(A) restrições sobre a distribuição aos titulares de direitos sobre o patrimônio líquido são limitadas a entidades governamentais.

(B) direitos sobre o PL representam reivindicações contra a entidade que não atendem à definição de passivo.

(C) direitos de titulares sobre o patrimônio líquido não podem ser diferenciados pela classe do instrumento patrimonial.

(D) direitos sobre o PL de uma entidade precisam de previsão legal para serem exercidos.

(E) componentes do patrimônio líquido não podem ser afetados por requisitos regulatórios.

6. (2019)

Os termos da NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis estabelecem que do Ativo se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.

Nesse contexto, o benefício econômico futuro incorporado a um ativo indica o potencial que ele tem para que, na entidade, de forma direta ou indireta, possa

(A) contribuir para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa.

(B) definir a estrutura de capitais para financiar as operações.

(C) garantir o interesse e a manutenção dos proprietários.

(D) manter o nível de lucratividade e de rentabilidade.

(E) qualificar a formação patrimonial para uma alta performance.

7. (2019)

A Resolução CFC nº 1.374/2011, que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro, estabelece que a performance financeira da entidade que reporta a informação decorre de mudanças nos recursos econômicos e reivindicações dessa entidade.

Nesse contexto, a forma mais adequada de evidenciar a performance financeira e retratar os efeitos das transações e outros eventos sobre recursos econômicos da entidade que reporta a informação manifesta-se com maior ênfase na adoção da(o)

(A) essência sobre a forma

(B) fluxo de caixa

(C) regime de caixa

(D) regime de competência

(E) representação fidedigna

8. (2019)

De acordo com os dizeres da NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro, aprovada pela Resolução CFC de nº 1.374/2011, Capítulo 4: Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, estabelece que o decréscimo nos benefícios econômicos futuros, relacionado com o decréscimo de um ativo ou o aumento de um passivo que puder ser mensurado com confiabilidade, deve ser reconhecido no(a)

(A) balanço patrimonial

(B) demonstração das mutações do patrimônio líquido

(C) demonstração do resultado do exercício

(D) demonstração do valor adicional

(E) demonstração dos fluxos de caixa

9. (2023)

É entendimento técnico-conceitual contábil, com base no texto do CPC 25 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que as provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, em que existe uma expectativa provável de saída de recursos para a liquidação dessas obrigações, e que os valores das mesmas podem ser mensurados com confiabilidade.

Nesse contexto do CPC 25, a companhia UZT informa que faz o registro contábil do 13º salário de seus empregados, a ser pago, em geral, nos meses de novembro e dezembro, no último dia útil de cada mês, e que o valor a ser contabilizado em 30/06/2022 é de R$ 1.240.000,00.

Desconsiderando-se qualquer incidência tributária ou previdenciária sobre esse 13º salário, o registro contábil que a UZT deve fazer, em 30/06/2022, sem data e histórico, em lançamento simples, é:

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. (2025)

Um técnico bancário precisa garantir a segurança e a eficiência no uso de computadores com o sistema operacional Windows 11 em uma agência bancária. Durante a instalação e a configuração do sistema operacional, ele é solicitado a habilitar funcionalidades que aumentem a segurança, sem comprometer o desempenho da máquina,

considerando-se que ela realiza grande número de operações bancárias diárias.

Para atingir esse objetivo, na instalação do Windows 11 nesses computadores, o técnico deve configurá-lo de forma a

(A) ativar o Hyper-V e desabilitar o Bit-Locker.

(B) ativar o Modo Desenvolvedor e desabilitar o Controle de Conta de Usuário (UAC).

(C) habilitar a inicialização segura (Secure Boot) e o Windows Defender Firewall.

(D) desativar as atualizações automáticas e utilizar uma solução antivírus de terceiros.

(E) iniciar diretamente no modo de segurança para todos os usuários.

2. (2023)

Um colaborador de uma empresa precisa restaurar uma versão específica de um documento que está sendo editado no aplicativo Word do Microsoft Office 365.

Para verificar as versões do documento que estão disponíveis para a restauração, o colaborador deve selecionar o menu

(A) Arquivo, escolher a opção Histórico e selecionar a opção Controle de Versões.

(B) Arquivo, escolher a opção Sobre e selecionar a opção Controle de Versões.

(C) Arquivo, escolher a opção Informações e selecionar a opção Histórico de Versões.

(D) Revisão, selecionar a opção Controlar Alterações e selecionar a opção De todas as Pessoas.

(E) Revisão, selecionar a opção Controlar Alterações e selecionar a opção Somente as Minhas.

3. (2022)

Suponha que você precise preparar um relatório no Microsoft Word no formato horizontal.

Ao configurar o layout do documento, que estilo de página você deve utilizar?

(A) Padrão

(B) Paisagem

(C) Galeria

(D) HTML

(E) Index

4. (2023)

O MS Word do Office 365 em português possui, para textos, o seguinte recurso:

(A) “Localizador de Texto”, que permite localizar e pesquisar textos formatados como ocultos.

(B) “Contagem de Caracteres”, na guia “Exibir”, em que é encontrada a informação sobre a quantidade de caracteres de um determinado texto.

(C) “Rascunho”, que é modo de exibição útil para criar títulos e mover parágrafos em um documento.

(D) “Ler em Voz Alta”, que faz uma leitura do texto em voz alta, destacando a palavra que está sendo lida.

(E) Seleção de todo o texto de um documento que está sendo editado, pressionando, simultaneamente, as teclas Ctrl+N.

5. (2023)

Um usuário está com seu documento aberto no Word do Microsoft 365 para Web e precisa gerar uma versão desse documento em formato PDF em sua máquina local.

Para executar essa ação, o usuário deve abrir o menu Arquivo, selecionar a opção

(A) Exportar e, em seguida, selecionar a opção Baixar como PDF

(B) Exportar e, em seguida, selecionar a opção Gerar arquivo PDF

(C) Compartilhar e, em seguida, selecionar a opção Baixar como PDF

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

(D) Compartilhar e, em seguida, selecionar a opção Enviar arquivo PDF
(E) Salvar como e, em seguida, selecionar a opção Baixar como PDF

6. (2024)

Foi criada uma planilha no MS Excel 2016 contendo uma lista de preços de verduras. Essa planilha tem duas colunas: na primeira, estão os nomes das verduras, ocupando as células de J2 a J9; na segunda, estão os preços correspondentes dessas verduras, ocupando as células de K2 a K9.

Nesse cenário, para que a célula G3 exiba o maior preço dentre os preços das verduras listadas, é adequado usar, nessa célula, a seguinte fórmula:

(A) =MAIOR(K2:K9)
(B) =MÁXIMO(J2:J9)
(C) =MAIOR(J2:J9,1,K2:K9)
(D) =MÁXIMO(K2:K9)
(E) =MAIOR(J2:K9,G3)

7. (2024)

Em uma planilha eletrônica vazia do MS Excel 2016, um usuário preencheu as células J1, K1 e L1, respectivamente, com os valores 10, 30 e 50. Considerando-se esses valores, esse usuário deseja que a soma dos valores maiores que 10 seja exibida na célula M1. Nesse cenário, para que a célula M1 exiba o valor desejado, é adequado utilizar, nessa célula, a seguinte fórmula:

(A) =SOMASE(J1:L1; >10)
(B) =SOMASE(J1:L1;”>10”)
(C) =SOMASE(“>10”;J1:L1)
(D) =SOMASE(“>10”;J1;L1)
(E) =SOMASE (J1;K1;L1;”>10”)

8. (2023)

Considere uma empresa que oferece serviços na área de turismo. Os gestores dessa empresa querem acompanhar dados de desempenho (aumento e diminuição), mês a mês, nos últimos 24 meses, relativos à quantidade de pessoas que compraram pacotes de viagem para Bonito (MS).

O tipo de gráfico adequado para visualizar esses dados é o seguinte:

(A) em rede
(B) mapa de árvore
(C) linha
(D) mapa de calor
(E) pizza (ou torta)

9. (2022)

Imagine que uma pessoa está trabalhando em uma planilha do Excel e precisa que uma coluna fique visível na tela, enquanto rola a planilha vertical ou horizontalmente.

Qual ferramenta permite que se execute tal ação?

(A) Tabela dinâmica
(B) Redefinir posição
(C) Fixar coluna
(D) Exibição lado a lado
(E) Congelar painéis

10. (2023)

Os programas de edição de planilhas, como o Excel da Microsoft, são muito utilizados para a realização de cálculos. Considere que em uma planilha há 1000 linhas, cada uma delas representando uma compra realizada por uma empresa. Considere ainda que há quatro colunas com informações: o nome do produto comprado (coluna

(A) ; o nome da loja onde o produto foi comprado (coluna B); a data de compra (coluna C); e o valor pago pelo produto (coluna D). Uma forma rápida de preparar uma célula dessa planilha (ex: E1) para que ela tenha o valor total pago para todas as compras realizadas é colocar nessa célula um(a) a) consulta a uma fonte externa de dados
(B) filtro aplicado à coluna D, que seleciona a soma
(C) formatação condicional aplicada à coluna D, para que apresente a soma desejada
(D) fórmula com a soma das células C1 e D1
(E) função que calcule a soma de todos os valores das células da coluna D

11. (2022)

A função SE no Excel é usada para retornar um resultado, se uma determinada condição for atendida (verdadeiro) ou outro resultado, se a condição não for atendida (falso). A Tabela a seguir apresenta uma classificação, atribuindo letras aos números que são referenciados pela condição “Idade”.

Se a Idade for Então retorna
Maior que 89 S
De 80 a 89 N
De 70 a 79 O
Menor do que 70 F

De acordo com a Tabela, a função aninhada SE é

(A) SE (Idade>69;“F“;SE(Idade>79;“S“;SE(Idade>79; “N“; “O“))

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

DIREITO PENAL E LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

1. (2023)

A sucessão de leis penais no tempo pode gerar

(A) abolitio criminis.

(B) extraterritorialidade.

(C) retroatividade em prejuízo do réu.

(D) aplicação simultânea da lei anterior e da lei posterior, ainda que em prejuízo do réu.

2. (2023)

A definição do local e do tempo do crime é de suma importância para determinar se havia ou não lei penal definindo a conduta como típica; o lugar em que a ação penal será processada e o acusado julgado; e qual a legislação aplicável no caso concreto. Em relação à lei penal no tempo e no espaço, com base no Código Penal, marque a alternativa incorreta:

(A) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

(B) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

(C) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

(D) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

(E) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

3. (2024)

Pierre, cidadão estrangeiro, praticou o delito de estupro em face da brasileira Marina, maior e capaz. O crime foi praticado em Estado estrangeiro, onde há incriminação da conduta, tal como ocorre no Brasil. Passado algum tempo, como o autor do fato e a vítima retornaram ao Brasil, o Ministério Público ajuizou ação penal pública incondicionada em face de Pierre, como incurso nas penas do delito de estupro.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa **correta**.

(A) Há o preenchimento das condições de aplicação da lei penal brasileira ao fato ocorrido no exterior; porém, a ação penal depende de representação da vítima.

(B) Há o preenchimento integral das condições de aplicação da lei penal brasileira ao fato ocorrido no exterior, sendo viável a responsabilização do autor do fato.

(C) Não há o preenchimento das condições de aplicação da lei penal brasileira, pois ausente requisição do Ministro da Justiça.

(D) Não há o preenchimento das condições de aplicação da lei penal brasileira, pois o autor do fato é estrangeiro, e a nacionalidade da vítima é indiferente à extraterritorialidade da lei penal brasileira.

(E) A aplicação da lei penal brasileira ao fato independe de qualquer condição, por se tratar de crime praticado mediante violência.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

4. (2022)

O agente que imagina já ter obtido o resultado pensado por ele, sem tê-lo alcançado, e, por isso, pratica outra conduta que efetivamente alcança o objetivo primário realiza a conduta em dolo

(A) geral.
(B) de segundo grau.
(C) eventual.
(D) alternativo.
(E) cumulativo.

5. (2023)

Rogério e Bernardo são policiais e, nessa condição, vestindo uniformes da corporação e no exercício da função, abordaram Júlio (condutor) e Mariana, na Rodovia MA 123, e solicitaram a exibição dos documentos de porte obrigatório. Rogério constatou a autenticidade dos documentos exibidos mas, não obstante, disse a Bernardo que os documentos aparentavam ser falsos, e que, portanto, conduziria Júlio à Delegacia para lavratura do auto de prisão em flagrante. Ato contínuo, Rogério se dirigiu a Mariana e passou a exigir uma quantia em dinheiro para evitar "prejudicar" Júlio, exibindo ostensivamente a arma de fogo de forma ameaçadora, enquanto Bernardo, a pedido de Rogério, manteve Júlio sob custódia a alguns metros de distância. Mariana, então, entregou a Rogério a quantia requerida.

De acordo com a narrativa acima, assinale a opção que corretamente analisa as condutas de cada personagem.

(A) Rogério e Bernardo agiram em coautoria de crime contra a Administração Pública, pois ambos dividiram tarefas e incidiram no mesmo tipo penal; Mariana incidiu em corrupção ativa.
(B) Bernardo agiu em erro de tipo, ao passo que a conduta de Rogério se amolda ao tipo penal de extorsão; Mariana agiu sob coação moral irresistível.
(C) Bernardo agiu em erro de proibição, ao passo que a conduta de Rogério configura concussão; Mariana agiu sob coação física irresistível.
(D) Bernardo agiu em estrito cumprimento do dever legal, ao passo que Rogério praticou conduta de concussão; Mariana agiu sob coação moral resistível.
(E) A conduta de Bernardo se amolda ao tipo penal de prevaricação, ao passo que a conduta de Rogério se enquadra no tipo penal de extorsão e Mariana, corrupção ativa.

6. (2023)

Tendo em vista as teorias sobre a relação de causalidade, assinale a opção cor**reta.**

(A) Segundo a teoria da equivalência dos antecedentes causais, elaborada por Von Kries, causa é a condição necessária e adequada que determina a produção do evento.
(B) A teoria da relevância jurídica é adotada pelo CP.
(C) Ao fornecer o conceito de causa, o CP distingue ação e omissão.
(D) A teoria da imputação objetiva surgiu com a finalidade de substituir a teoria da equivalência dos antecedentes causais.
(E) Conforme a teoria da imputação objetiva, afasta-se a tipicidade objetiva da conduta nos casos em que a vítima coloca si mesma em risco.

7. (2022)

Agamenon, Aquiles, Ájax e Cadmo combinam de furtar pneus de veículos automotores do interior de um galpão cercado de mato e aparentemente abandonado. Agamenon e Cadmo permanecem no carro, ao passo que Ájax arromba o portão e Aquiles ingressa, se deparando, pouco depois, com um vigia. Diante da reação ao ingresso não consentido, de posse de um vergalhão, Aquiles golpeia, perfura e mata o vigia.

Considerando esse cenário, é correto afirmar que Agamenon, Ájax e Cadmo responderão por:

(A) participação de menor importância;
(B) cooperação dolosamente distinta;
(C) autoria colateral;
(D) participação mediante omissão;
(E) coautoria sucessiva.

8. (2024)

Júlio desferiu um tapa no rosto de Jacinto, que foi projetado contra um poste em que havia um fio de alta tensão exposto, algo que não foi visto nem poderia ser imaginado por Júlio, pois já era noite e havia pouca iluminação. Jacinto recebeu uma forte descarga elétrica, que foi causa suficiente de sua morte.

Sobre a responsabilidade de Júlio pelo resultado morte, assinale a afirmativa **correta**.

(A) Júlio deve responder pelo homicídio doloso de Jacinto, tendo em vista que o resultado morte não teria ocorrido se não fosse a agressão dolosa.
(B) A descarga elétrica é uma concausa superveniente relativamente independente que, por si só, produziu o resultado morte, devendo Júlio responder por lesão corporal.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL ESPECIAL

1. (2024)

A República Federativa Alfa reconhece o Poder Judiciário como um dos poderes independentes da República. Em Alfa há um órgão de acusação independente e diferente do Judiciário, responsável por formular acusações criminais, tendo a iniciativa probatória.

Em Alfa, um acusado seria um sujeito de direitos no âmbito do processo penal, e os princípios democráticos do processo penal, tais como o princípio do Juiz Natural e da presunção de inocência, são reconhecidos.

A partir dos dados fornecidos, o país Alfa adota o sistema processual com traços mais marcantes do sistema

(A) acusatório.

(B) inquisitivo.

(C) misto.

(D) consensual.

2. (2022)

A respeito do princípio do contraditório, é cor**reto af**irmar que

(A) não tem previsão expressa na Constituição Federal, decorrendo de tratados e convenções interacionais a que o Brasil ratificou.

(B) aplica-se somente aos processos judiciais, sendo incabível nos procedimentos administrativos, inclusive no inquérito policial.

(C) garante o direito à informação, seja por intermédio da citação ou da intimação, a fim de que se possa efetivamente participar do processo e do procedimento instaurados.

(D) tem aplicabilidade apenas à defesa, não se cogitando o princípio do contraditório à acusação.

(E) garante que o acusado participe da audiência de instrução, impedindo sua retirada da sala de audiências, nas situações em que a testemunha se disser intimidada com a presença, obrigando a suspensão do ato e posterior realização de forma remota.

3. (2022)

O CPP, do art. 4º ao 23, prevê expressamente algum "recurso" com relação ao inquérito policial?

(A) Sim, ao Poder Judiciário, do despacho que indeferir produção de prova.

(B) Sim, ao Ministério Público, do despacho que indeferir produção de prova.

(C) Sim, ao chefe de Polícia, do despacho que indeferir o requerimento de abertura.

(D) Sim, ao Poder Judiciário, caso não sejam observadas as formalidades atinentes à prova.

(E) Não.

4. (2022)

Após receber informações sobre suposta prática de homicídio, a autoridade policial chegou no local para realizar diligências. Ocorre que, após a liberação dos peritos criminais, a autoridade policial esqueceu de apreender a arma de fogo deixada no local do crime.

Nesse aspecto, é **correto** afirmar que

(A) as diligências no local foram corretamente realizadas pela autoridade policial.

(B) agiu corretamente a autoridade policial, já que para apreender a arma de fogo, era prescindível mandado judicial.

(C) agiu incorretamente a autoridade policial, já que para apreender a arma de fogo dependeria de autorização judicial.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

(D) caberia aos peritos criminais decidir sobre a apreensão da arma de fogo no local.

(E) caberia à autoridade policial apreender os objetos que tivessem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais, e colher provas que servissem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias, dentre outras diligências.

5. (2022)

Considerando que tenha sido instaurado inquérito policial que ainda se encontra em curso, assinale a opção correta acerca das funções do delegado.

(A) Cabe à autoridade policial arbitrar fiança nos delitos punidos com pena máxima não superior a cinco anos.

(B) Finalizadas as investigações e concluído o inquérito policial, a autoridade policial pode determinar o arquivamento do feito.

(C) É vedado ao delegado representar ao juiz para a instauração de incidente de insanidade mental, sob pena de invasão da competência do Ministério Público.

(D) Cabe ao delegado aceitar ou rejeitar a colaboração de detetive particular.

(E) Ao elaborar o relatório final do inquérito, a autoridade policial deverá manifestar-se acerca do mérito da prova colhida.

6. (2022)

A autoridade policial determinou a instauração de inquérito, após receber a notícia da suposta prática do crime de furto mediante fraude eletrônica, definido no Art. 155, § 4º-B, do Código Penal, com a redação dada pela Lei 14.155 de 2021. O delito em questão é de ação penal pública incondicionada.

Apesar da realização de diversas diligências, não foi possível apurar a autoria delitiva, o que constou no relatório elaborado pelo delegado de polícia.

A partir dos dados apresentados, é **correto** afirmar que, no caso,

(A) o delegado deve arquivar diretamente o inquérito policial, não sendo possível, a partir do arquivamento, em nenhuma hipótese, a reabertura das investigações.

(B) o delegado pode promover o arquivamento do inquérito, devendo o membro do Ministério Público acompanhar a manifestação ou recorrer ao chefe de polícia.

(C) embora não possa arquivar diretamente o inquérito, as conclusões do delegado de polícia vinculam o órgão do ministério Público responsável promoção de arquivamento ou oferecimento da denúncia.

(D) o delegado de polícia não pode arquivar diretamente o inquérito; entretanto, ocorrendo o arquivamento por determinação da autoridade competente, pode haver o desarquivamento e continuidade das investigações, desde que surja notícia de novas provas.

(E) o delegado de polícia não pode arquivar diretamente o inquérito; caso haja o arquivamento por determinação da autoridade competente, não pode haver o desarquivamento e a continuidade das investigações, ainda que surjam notícias de novas provas.

7. (2024)

Thiago, delegado de polícia, tomou conhecimento de que, na circunscrição da sua unidade policial, houve o roubo de um caminhão da loja XYZ, com a subtração da integralidade da carga que estava em seu interior, o que gerou forte repercussão na imprensa local.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal, a autoridade policial deflagrará um inquérito policial:

(A) mediante requisição do Ministro da Justiça, pois o crime de roubo é persequível mediante ação penal pública condicionada à representação;

(B) mediante representação do ofendido, pois o crime de roubo é persequível mediante ação penal pública condicionada à representação;

(C) mediante requerimento do Ministério Público, que é o titular exclusivo da ação penal de iniciativa pública;

(D) de ofício, pois o crime de roubo é persequível mediante ação penal pública incondicionada;

(E) de ofício, desde que comprove a forte repercussão dos fatos na imprensa local.

8. (2022)

Com relação ao arquivamento do inquérito policial, é correto afirmar, de acordo com as leis atualmente aplicáveis à matéria, que:

(A) entendendo pela existência de causa excludente de ilicitude, pode o órgão judiciário, de ofício, determinar o arquivamento do inquérito policial;

(B) não vislumbrando elementos suficientes para apontar a autoria do delito, pode a autoridade policial determinar o arquivamento do inquérito;

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (2022)

Em relação aos princípios fundamentais que regem a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INC**ORRETA.**

(A) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

(B) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.

(C) Entre os fundamentos da República Federativa do Brasil, está a dignidade da pessoa humana e a cidadania.

(D) A construção de uma sociedade justa, livre e solidária bem como a garantia do desenvolvimento nacional se enquadram nos princípios do Estado Democrático de Direito.

(E) A defesa da paz, o repúdio ao terrorismo e ao racismo e a cooperação dos povos para o progresso da humanidade constam no rol de princípios que regem o Brasil nas suas relações internacionais.

2. (2022)

Em consonância com as normas constitucionais, trata-se de princípio pertencente às relações internacionais da República Federativa do Brasil:

(A) Liberdade de expressão.

(B) Pluralismo político.

(C) Prevalência dos direitos humanos.

(D) Liberdade de associação.

(E) Livre iniciativa.

3. (2025)

De acordo com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito,

(A) tendo como objetivos fundamentais, dentre outros: construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização; e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

(B) regendo-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: prevalência dos direitos humanos; garantia do desenvolvimento nacional; não concessão de asilo político,

(C) devendo buscar exclusivamente a integração social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações,

(D) sendo Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público da União.

(E) sendo que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, não sendo possível o exercício do poder diretamente pelo povo.

4. (2022)

A respeito da figura denominada Estado de coisas inconstitucional, é cor**reto af**irmar que

(A) não se trata de medida reconhecida pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que apenas admite o controle judicial de políticas públicas por meio de ações individuais ou coletivas, mas não controle por controle concentrado de constitucionalidade.

(B) encontra fundamento nos casos de inadimplemento reiterado de direitos fundamentais pelos poderes do Estado, sem que haja possibilidade de remédio para vias tradicionais, ocasião em que o tribunal assume o papel de coordenador de políticas públicas por meio da denominada tutela estruturante.

(C) é um dos mecanismos do sistema constitucional de crises, figurando ao lado do Estado de Defesa e do Estado de Sítio, que somente pode ser instaurado após a convocação do Conselho da República, e permite a suspensão de certos direitos fundamentais, como o da liberdade de locomoção.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

(D) é medida importada do Tribunal Constitucional da Colômbia, por meio do qual o Supremo Tribunal Federal declara a existência de uma violação massiva a direitos fundamentais, mas que se restringe a papel exclusivamente simbólico.

(E) a declaração do Estado de coisas inconstitucional é inviável em sede de controle concentrado de constitucionalidade, tendo-se em vista que, nesse modelo, somente se aprecia o conteúdo da lei em tese em face do parâmetro constitucional.

5. (2022)

No tocante ao direito de associação, a Constituição Federal estabelece que

(A) a criação de associações e de cooperativas dependem de autorização, sendo, no entanto, vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

(B) as entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial e extrajudicialmente, com base em autorização geral de previsão estatutária.

(C) a dissolução e a suspensão das atividades de uma associação devidamente constituída, de fins lícitos, somente podem ocorrer por meio de decisão judicial transitada em julgado.

(D) a execução individual de título judicial emanado de ação coletiva dependerá de comprovação de autorização individual concedida à associação na propositura da ação principal.

(E) o Supremo Tribunal Federal consagrou o entendimento de que a representação dos filiados da associação para ajuizamento de ação coletiva se dá pelo instituto da substituição processual.

6. (2022)

Considere que Marília deseja criar uma associação com o fim de proteger animais silvestres. Com base nessa situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

(A) a criação da associação depende de prévia autorização do município.

(B) na medida em que a proteção dos animais silvestres é da competência da União, Marília precisa requerer autorização junto ao IBAMA.

(C) a associação poderá ser compulsoriamente dissolvida liminarmente pelo juiz competente.

(D) Marília não poderá criar a associação, pois compete exclusivamente ao Estado cuidar dos animais silvestres.

(E) a associação poderá ter suas atividades suspensas por decisão judicial.

7. (2024)

Maria voluntariamente se filiou à Associação de Artesãos XX, do Município Beta, presidida por João, que recebera cessão do espaço público destinado à exposição do artesanato local. Em dado momento, Maria, segundo uma narrativa divulgada por diversos munícipes, teria feito críticas à qualidade do artesanato local, que seria inferior àquele produzido no Município Alfa.

Ao tomar conhecimento da narrativa, João decidiu monocraticamente, conforme lhe autorizava o estatuto, pela imediata e inexorável exclusão de Maria da Associação de Artesãos XX. Ao ser cientificada do teor da decisão, Maria decidiu ingressar com ação judicial com o objetivo de anulá-la, sob o argumento de que os seus direitos fundamentais teriam sido violados. Considerando os balizamentos oferecidos pela narrativa, assinale a afirmativa correta.

(A) Apesar de João ter competência estatutária para a prolação da decisão, o procedimento adotado efetivamente afrontou os direitos fundamentais de Maria.

(B) Os órgãos jurisdicionais, por imperativo constitucional, somente devem intervir nas associações quando se discute a possibilidade de serem dissolvidas, não para resolver disputas internas.

(C) As divergências interna corporis, a serem resolvidas consoante a disciplina estatutária, não atraem a incidência dos direitos fundamentais em prol de associados, já que as pessoas jurídicas também os possuem.

(D) O direito de associação permite que XX, que ocupa uma posição de equidistância em relação a Maria, defina, de acordo com o seu estatuto, quem pode permanecer associado; logo, não ocorreu afronta aos direitos fundamentais da associada.

(E) O direito de associação tem estatura constitucional; logo, a exclusão de Maria afronta direito fundamental, o que decorre da constatação de que a exclusão, para o associado, é o símile da dissolução para a associação, exigindo decisão judicial.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (2023)

O controle judicial dos atos administrativos é considerado possível pela doutrina e pela jurisprudência nas hipóteses de ofensa ao princípio da razoabilidade e aos atos plenamente vinculados.

A partir dessa informação, assinale a opção em que são apresentados, entre os elementos do ato administrativo, aqueles que, em regra, são considerados discricionários e que somente em hipóteses excepcionais podem ser objeto de controle judicial.

(A) motivo e objeto
(B) forma e finalidade
(C) competência e objeto
(D) forma e competência

2. (2025)

O atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados é denominado de

(A) autoexecutoriedade.
(B) tipicidade.
(C) imperatividade.
(D) presunção de legitimidade.
(E) presunção de veracidade.

3. (2023)

A Administração Pública, em âmbito federal, descobre, a partir de estudos técnicos, a potencial existência de um campo de exploração de petróleo em área de preservação ambiental. Desta forma, o órgão público competente encomenda, junto à Advocacia Geral da União, a confecção de um parecer sobre a viabilidade jurídica

de se proceder à exploração de petróleo na localidade supracitada. Nesse contexto, dois meses após o pedido, o parecer técnico é devidamente apresentado. Nesse cenário, é correto afirmar que o parecer caracteriza um ato administrativo

(A) enunciativo.
(B) ordinatório.
(C) normativo.
(D) punitivo.
(E) negocial.

4. (2023)

Um servidor público pretende extinguir ato administrativo válido, por razões de oportunidade e conveniência. Nesse caso, a extinção do ato

(A) não será possível, tendo em vista tratar-se de ato administrativo válido, isto é, editado em conformidade com a lei.
(B) dar-se-á por meio de revogação, que corresponde a ato administrativo discricionário da Administração Pública, desde que presentes os requisitos legais.
(C) dar-se-á por meio de anulação, desde que observados os requisitos legais e respeitados os efeitos já produzidos pelo ato.
(D) dar-se-á por meio de revogação, desde que o ato que se pretende extinguir seja vinculado, pois apenas atos administrativos dessa natureza comportam revogação.
(E) poderá ocorrer tanto por meio de revogação quanto por anulação, no entanto, na primeira hipótese, produzirá efeitos ex tunc.

5. (2023)

Considere que há 03 (três) anos a Administração concedeu uma licença para João, mas só agora observou que ele não preenchia os respectivos requisitos legais para o gozo do benefício.

Com base na situação hipotética, é correto afirmar que a Administração deve

(A) declarar a caducidade da licença, já que a ilegalidade não é imputada a João.
(B) cassar a licença, devendo o ato de invalidação ser precedido da observância da ampla defesa e do contraditório.
(C) anular o ato administrativo que concedeu a licença, ficando autorizada a modulação dos seus efeitos.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

(D) revogar o ato administrativo que concedeu a licença, já que ainda não transcorreu 05 (cinco) anos da data da sua concessão.

(E) revogar a licença, desde que comprove o desconhecimento da ilegalidade originária do ato que a concedeu.

6. (2023)

A Administração Pública editou ato administrativo favorável ao servidor público Dexter, com o pagamento de dois benefícios remuneratórios. Contudo, apurou-se, posteriormente, que o agente público fazia jus a, apenas, um dos benefícios concedidos. Nesse cenário, é cor**reto af**irmar que:

(A) verificando-se o vício em um dos objetos do ato administrativo, a Administração Pública poderá convalidá-lo, por meio da ratificação, afastando o objeto inválido e mantendo incólume o objeto válido, desde que não acarrete lesão ao interesse público e prejuízos a terceiros;

(B) verificando-se o vício em um dos objetos do ato administrativo, a Administração Pública poderá convalidá-lo, por meio da conversão, afastando o objeto inválido e mantendo incólume o objeto válido, desde que não acarrete lesão ao interesse público e prejuízos a terceiros;

(C) verificando-se o vício em um dos objetos do ato administrativo, a Administração Pública poderá convalidá-lo, por meio da reforma, afastando o objeto inválido e mantendo incólume o objeto válido, desde que não acarrete lesão ao interesse público e prejuízos a terceiros;

(D) verificando-se o vício em um dos objetos do ato administrativo, caso reste demonstrada a culpa da Administração Pública, o servidor público fará jus aos dois benefícios concedidos, não podendo ser prejudicado pelo erro do ente estatal;

(E) verificando-se o vício em um dos objetos do ato administrativo, a Administração Pública deverá anulá-lo, com base no princípio da autotutela, porquanto do ato ilegal não se originam direitos.

7. (2026)

Considere que foi editada lei alterando a disciplina de tributos incidentes sobre aquisição de bens por pessoas físicas e jurídicas. A nova disciplina ampliou o fato gerador do imposto, além de alterar a base de cálculo. O Chefe do Poder Executivo editou decreto para regulamentar a lei, estabelecendo o marco temporal de incidência do novo tributo, o procedimento para declaração e recolhimento, além de instituir isenção para bens cujo valor de aquisição não excedesse determinado limite, este também fixado no decreto. Por fim, o ato normativo regulamentar instituiu taxa em razão da prestação de serviços de fiscalização tributária.

Com base nessas informações, um particular pretende questionar a constitucionalidade do decreto, em especial, da cobrança do imposto. A atuação da Administração Pública

(A) foi regular e válida, tendo em vista que os atos normativos do Executivo podem ser editados sempre que houver lacuna de disciplina em lei formal.

(B) foi inconstitucional, pois não é dado ao Poder Executivo editar atos normativos quando a matéria já tiver sido objeto de disciplina em lei formal.

(C) excedeu os limites do poder normativo do Executivo, que não poderia ter instituído ou suprimido direitos e obrigações.

(D) foi regular e válida, tendo em vista que o decreto limitou-se ao regular exercício do poder normativo, função típica do Executivo.

(E) fere os limites do poder normativo do Executivo apenas no que se refere à disciplina do procedimento para declaração e recolhimento dos tributos.

8. (2026)

A partir de uma fiscalização realizada conjuntamente entre Poder Legislativo municipal e Tribunal de Contas estadual, constatou-se que uma concessionária de serviço público estava realizando ato em desconformidade ao contratado, prejudicando o interesse público. Como decorrência disso, o Poder Executivo municipal foi cientificado e aplicou penalidade prevista em contrato a essa concessionária, exercendo o seu poder

(A) hierárquico.

(B) discricionário.

(C) de polícia administrativa.

(D) disciplinar.

(E) normativo.

9. (2023)

O poder de polícia é uma prerrogativa instrumental, autorizando a criação de restrições e condicionantes a direitos e liberdades, em prol da satisfação do interesse público primário.

Sobre o poder de polícia e considerando o ciclo de polícia, é **correto** afirmar, em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que o poder de polícia:

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

DIREITO HUMANOS

1. (2024)

Sobre o conceito de direitos humanos, suas características e seus marcos documentais, é correto afirmar que:

(A) direitos humanos são aqueles previstos na Constituição e na legislação, enquanto direitos fundamentais são aqueles estabelecidos em convenções e tratados internacionais;

(B) a Declaração Universal de Direitos Humanos proíbe tortura, tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante, salvo nos casos de terrorismo e necessidade da investigação para proteção da coletividade;

(C) a Declaração Universal de Direitos Humanos foi elaborada após o advento da Revolução Francesa, em 1789, passando a servir de referência para declarações de direitos nas sociedades ocidentais;

(D) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis complementares;

(E) a Declaração Universal de Direitos Humanos garante que todo ser humano vítima de perseguição tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, salvo em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

2. (2023)

A doutrina divide os direitos humanos em gerações. Acerca dessa classificação, assinale a opção incorreta.

(A) Primeira geração: Direitos civis e políticos.

(B) Segunda geração: Direitos econômicos, sociais e culturais.

(C) Terceira geração: Direitos de solidariedade.

(D) Quarta geração: Direito ao consumo.

(E) Ainda são controversas a existência e a definição de direitos humanos de quarta e quinta geração.

3. (2023)

É sabido que os Direitos Humanos são divididos em gerações, sendo cada geração destes direitos atrelada a um valor específico. Tomando por base tal premissa, assinale a alternativa correta com relação as mencionadas gerações e seus valores.

(A) A primeira geração dos direitos humanos tem como principais valores a solidariedade e a fraternidade, ao passo que tais institutos são verdadeiros pilares da sociedade, sem os quais não é possível a operacionalização dos Direitos Humanos.

(B) A primeira geração dos direitos humanos tem como principal valor a igualdade, defendendo que a isonomia entre todos os seres humanos é basilar no fomento aos Direitos Humanos.

(C) A terceira geração dos direitos humanos tem como pilar principal a liberdade, posto que apenas com a liberdade do indivíduo, que não deve ser cerceada, é que podemos construir uma sociedade livre, justa e solidária.

(D) A segunda geração dos direitos humanos tem como pilar principal a igualdade e defende os direitos sociais, econômicos e culturais.

4. (2024)

Define-se como a faculdade de formular juízos e ideias sobre si mesmo e a respeito do meio externo – não podendo, assim, o Estado interferir nessa esfera íntima dos indivíduos para impor-lhes concepções filosóficas, políticas, sociológicas, socioeconômicas, religiosas ou jurídicas – o direito à

(A) à greve.

(B) reunião e associação.

(C) liberdade de locomoção.

(D) liberdade de consciência.

(E) liberdade de expressão artística.

5. (2024)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada há 75 anos, apresenta diretrizes básicas dos direitos e liberdades de todos os seres humanos.

Está em **desacordo** com o citado documento a norma que estabelece que:

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

(A) ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas;
(B) ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante, salvo para resgate de vítima viva de crime hediondo;
(C) todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela Constituição ou pela lei;
(D) todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada, de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa;
(E) todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos na citada Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

6. (2025)

Sendo correto asseverar que se pode provar a afirmação histórica dos Direitos Humanos por meio das normas que declaram tais direitos, assinale a opção que não **co**ntém um documento normativo dessa afirmação.

(A) A Magna Carta, de 1215.
(B) A Constituição Alemã, de 1919.
(C) A Convenção de Viena, de 1969.
(D) O Estatuto do Tribunal Penal Internacional, de 1998.
(E) A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

7. (2024)

Os fundamentos dos Direitos Humanos são a razão de ser desses direitos, sua base filosófica de validade.

Acerca deste tema, assinale a alternativa correta.

(A) De acordo com o fundamento jusnaturalista, os Direitos Humanos decorrem da natureza humana, a qual se deve respeitar ao próximo para ser respeitado.
(B) Os Direitos Humanos, de acordo com a corrente jusnaturalista, decorrem do mandamento do soberano, o qual determina aqueles que fazem jus a proteção de seus direitos pelo Estado.
(C) A fundamentação positivista afirma que a validade dos Direitos Humanos decorre da sua previsão em uma norma posta, editada conforme as regras estabelecidas na Constituição Federal de 1988.
(D) A ideia de que o direito humano decorre de um mandamento divino é denominada como jusnaturalista, a qual tem o seu fundamento de validade nas escrituras sagradas.
(E) A tese de fundamentação religiosa prevalece nos dias atuais, tendo em vista que todos os Estados têm uma religião predominante, que aponta as diretrizes básicas dos Direitos Humanos vigentes.

8. (2025)

No âmbito da evolução histórica e dos fundamentos dos Direitos Humanos, têm emergido, perspectivas críticas, nas últimas décadas, que colocam em destaque, entre outros aspectos, a ideia de que:

(A) a dissolução das fronteiras entre as diferentes gerações de Direitos Humanos, a partir da ideia de indivisibilidade, tem promovido um inflacionamento indiferenciado de direitos e dificultado sua positivação, exigibilidade e proteção internacional;
(B) a teoria geral dos Direitos Humanos, historicamente preocupada com a mera proclamação dos direitos, demanda dos juristas a construção de instrumentos jurídico-processuais inovadores que promovam sua efetivação desde a valorização do direito internacional;
(C) os Direitos Humanos não devem ser um código fechado que impõe normas de cima para baixo, mas um campo aberto e vivo, construído a partir das lutas concretas de quem resiste à opressão;
(D) a proteção dos Direitos Humanos requer um esforço real de multiplicação dos tratados internacionais e de reforçamento das agências multilaterais organizadas em sistemas globais e regionais de proteção;
(E) os Direitos Humanos demandam um retorno à ideia fundante de indivíduo autônomo e racional da qual emergiram, sem o que sucumbirão ao relativismo antropológico que opera como discurso legitimador de formas ancestrais de dominação.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

HISTÓRIA DO AMAPÁ

1. (2026)

Antes da chegada dos europeus à região correspondente ao atual Amapá, diferentes povos indígenas ocupavam a faixa compreendida entre o baixo curso do rio Amazonas e o rio Oiapoque. A respeito da organização econômica e territorial dessas populações, assinale a alternativa correta.

(A) Desenvolviam roçados de mandioca, praticavam pesca, coleta e caça e mantinham redes de troca entre grupos do litoral e do interior.

(B) Concentravam-se exclusivamente na faixa costeira e desconheciam formas de agricultura.

(C) Dependiam fundamentalmente da criação extensiva de animais domesticados.

(D) Organizavam-se em grandes centros urbanos fortificados, sem utilização dos rios como vias de comunicação.

(E) Mantinham atividades econômicas exclusivamente voltadas à mineração de metais.

2. (2026)

Entre os grupos indígenas historicamente associados à região amapaense encontram-se diferentes povos que apresentavam características culturais e linguísticas próprias. Segundo o conteúdo apresentado, é correto afirmar que:

(A) os Palikur desapareceram completamente ainda durante o período colonial.

(B) os povos indígenas da região vinculavam-se exclusivamente ao tronco linguístico tupi.

(C) Aruã, Maracá-Cunani e Tucujú deixaram de existir como unidades étnicas autônomas, enquanto os Palikur permanecem no extremo norte do estado.

(D) todos os povos mencionados possuíam organização política centralizada sob um único governante.

(E) os grupos indígenas evitavam áreas fluviais e estabeleciam suas aldeias apenas em regiões montanhosas.

3. (2026)

A organização social dos povos indígenas pré-coloniais da região amapaense apresentava características próprias e estreitamente ligadas às condições ambientais da Amazônia. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

(A) As aldeias eram subordinadas a autoridades coloniais portuguesas antes mesmo da chegada europeia.

(B) As sociedades indígenas organizavam-se exclusivamente em pequenas famílias nucleares isoladas.

(C) As lideranças eram escolhidas por eleições periódicas segundo instituições políticas formais.

(D) A organização social incluía unidades familiares extensas e lideranças reconhecidas pelo prestígio e pelo conhecimento ritual.

(E) Os rios tinham reduzida importância para a alimentação, o transporte e a comunicação.

4. (2026)

O Parque Arqueológico do Solstício, situado no município de Calçoene, constitui importante evidência da antiguidade da ocupação humana no atual território amapaense. Os vestígios encontrados nesse sítio indicam:

(A) a presença exclusiva de colonizadores franceses no período moderno.

(B) conhecimentos relacionados aos ciclos solares, associados a alinhamentos de blocos de rocha com cerca de dois mil anos.

(C) a inexistência de práticas funerárias complexas na região.

(D) que a ocupação humana começou apenas após a chegada portuguesa.

(E) que a região era praticamente desabitada antes do século XVII.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

5. (2026)

Os vestígios arqueológicos ligados à tradição Maracá-Cunani contribuem para o conhecimento das populações que habitavam a região antes da colonização europeia. Esses vestígios são particularmente caracterizados por:

(A) armas de fogo e instrumentos de origem europeia.
(B) fortificações de pedra voltadas à defesa contra os portugueses.
(C) documentos escritos em língua francesa.
(D) grandes estruturas industriais destinadas ao processamento de metais.
(E) urnas funerárias e peças cerâmicas decoradas associadas a práticas mortuárias complexas.

6. (2026)

Durante o século XVII, a região do Cabo Norte despertou o interesse de diferentes potências europeias. Holandeses e ingleses procuraram estabelecer presença na área principalmente em razão:

(A) do comércio de produtos florestais e da exploração da mão de obra indígena.
(B) da instalação de grandes indústrias de transformação mineral.
(C) da construção de ferrovias de ligação com a Guiana.
(D) da produção industrial de manganês na Serra do Navio.
(E) da exploração de petróleo na costa atlântica.

7. (2026)

As campanhas portuguesas desenvolvidas entre 1623 e 1625 contra a presença estrangeira na região do Cabo Norte tiveram papel relevante para a consolidação do domínio português. Entre seus principais responsáveis estavam:

(A) Barão do Rio Branco e Walter Hauser.
(B) Félix Clemente Malcher e Eduardo Angelim.
(C) Jules Gros e Germano Ribeiro Pinheiro.
(D) Luís Aranha de Vasconcelos e Bento Maciel Parente.
(E) João Severiano Maciel da Costa e Laurens de Choisy.

8. (2026)

Como reconhecimento pelos serviços prestados na defesa da região amazônica contra ocupações estrangeiras, Bento Maciel Parente recebeu, em 1637:

(A) o governo da Guiana Francesa.
(B) a capitania do Cabo Norte.
(C) a administração do Território Federal do Amapá.
(D) a concessão das minas da Serra do Navio.
(E) a chefia do Exército Defensor do Amapá.

9. (2026)

O Tratado de Utrecht, firmado em 1713, constitui um dos marcos históricos das disputas de fronteira entre Portugal e França na região correspondente ao atual Amapá. De acordo com o conteúdo estudado, esse tratado:

(A) estabeleceu o rio Araguari definitivamente como fronteira.
(B) concedeu toda a região do Cabo Norte à França.
(C) extinguiu imediatamente qualquer disputa territorial entre os dois países.
(D) determinou a criação de um território neutro administrado conjuntamente.
(E) fixou formalmente limites entre o Estado do Maranhão e a Guiana Francesa, embora suas disposições não tenham sido integralmente respeitadas pela França.

10. (2026)

Durante o período napoleônico, diferentes acordos alteraram sucessivamente os marcos territoriais propostos para a fronteira entre os domínios portugueses e franceses. Assinale a alternativa que apresenta corretamente essa sequência.

(A) O Tratado de Utrecht fixou definitivamente o rio Oiapoque em 1797.
(B) O Tratado de Amiens estabeleceu o rio Calçoene em 1713.
(C) Em 1797, o rio Calçoene foi indicado como limite; em 1801, o Tratado de Badajós apontou o rio Araguari, posição reafirmada em 1802 pelo Tratado de Amiens.
(D) O Tratado de Badajós fixou a fronteira no rio Amazonas e foi revogado pela arbitragem francesa.
(E) Todos os tratados napoleônicos mantiveram exatamente o mesmo rio como limite.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

GEOGRAFIA DO AMAPÁ

1. (2026)

A localização geográfica do Amapá confere ao estado características territoriais particulares no contexto brasileiro. Considerando seus limites e sua posição no extremo norte da região Norte, assinale a alternativa correta.

(A) O Amapá limita-se ao norte com o Pará e a oeste com o oceano Atlântico.

(B) O estado faz fronteira terrestre exclusivamente com outras unidades da Federação brasileira.

(C) O Amapá faz fronteira com o Pará, com a Guiana Francesa e com o Suriname, além de possuir contato com o oceano Atlântico e com a foz do rio Amazonas.

(D) A fronteira internacional do Amapá restringe-se ao Suriname, não havendo limite com a Guiana Francesa.

(E) O estado não possui fronteira marítima, pois sua porção oriental é inteiramente delimitada por rios.

2. (2026)

Um dos elementos geográficos e simbólicos mais conhecidos da capital amapaense está relacionado à passagem de uma importante linha imaginária pelo território. Sobre o Marco Zero do Equador, assinale a alternativa correta.

(A) Está localizado em Macapá e assinala a passagem da linha do Equador pela capital.

(B) Marca o ponto de encontro entre as fronteiras do Brasil, da Guiana Francesa e do Suriname.

(C) Foi construído para demarcar o Trópico de Capricórnio.

(D) Localiza-se no município de Oiapoque, junto à fronteira internacional.

(E) Indica o ponto mais elevado do relevo amapaense.

3. (2026)

A organização municipal do Amapá atingiu sua configuração atualmente existente durante a década de 1990. Conforme o conteúdo apresentado, qual acontecimento completou a atual divisão territorial do estado?

(A) A emancipação de Santana, em 1987.

(B) A criação de Oiapoque, em 1990.

(C) A incorporação de Laranjal do Jari ao território estadual.

(D) A criação de Vitória do Jari, em 1994, completando o total de dezesseis municípios.

(E) A transformação de Macapá em município autônomo em 1994.

4. (2026)

Em 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística substituiu o antigo modelo de mesorregiões e microrregiões por uma nova classificação territorial. Essa mudança teve como objetivo principal

(A) extinguir a divisão municipal dos estados brasileiros.

(B) considerar com maior precisão os fluxos de deslocamento populacional e de circulação de bens e serviços entre os municípios.

(C) organizar o território exclusivamente segundo critérios climáticos.

(D) separar os municípios em regiões eleitorais permanentes.

(E) estabelecer limites estaduais baseados nas bacias hidrográficas.

5. (2026)

Macapá desempenha papel central na organização político-administrativa do Amapá. De acordo com o conteúdo apresentado, assinale a alternativa que descreve adequadamente essa função.

(A) Macapá exerce apenas a função simbólica de capital, enquanto os órgãos estaduais estão concentrados em Santana.

(B) A cidade concentra somente o poder executivo, enquanto o legislativo está sediado em Oiapoque.

(C) Macapá constitui exclusivamente um centro industrial e portuário.

(D) A capital abriga apenas órgãos federais, sem exercer papel administrativo estadual significativo.

(E) Macapá concentra a sede do poder executivo estadual, a Assembleia Legislativa e importantes órgãos do sistema de justiça.

6. (2026)

A presença de extensas unidades de conservação federais e de terras indígenas no Amapá interfere diretamente na gestão territorial estadual. Nesse contexto, é correto afirmar que

(A) o estado possui competência exclusiva para decidir sobre qualquer empreendimento em áreas federais.

(B) a gestão territorial exige articulação entre a administração estadual e órgãos federais responsáveis por políticas ambientais e indigenistas.

(C) as decisões relativas ao território são tomadas exclusivamente pelos municípios.

(D) a presença de áreas protegidas elimina qualquer possibilidade de planejamento econômico.

(E) as áreas indígenas são administradas exclusivamente pelo governo estadual.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

7. (2026)

O monitoramento ambiental do Amapá apresenta desafios relacionados à grande extensão territorial e à dificuldade de acesso terrestre a diversas áreas. Nesse contexto, as tecnologias de sensoriamento remoto e os sistemas de informação geográfica são utilizados principalmente para

(A) substituir definitivamente toda fiscalização realizada em campo.
(B) calcular apenas a população residente nas áreas urbanas.
(C) acompanhar fenômenos como desmatamento, expansão do garimpo irregular e mudanças na cobertura vegetal.
(D) delimitar exclusivamente as fronteiras internacionais.
(E) controlar diretamente a geração das usinas hidrelétricas.

8. (2026)

O relevo amapaense pode ser dividido em três unidades principais. A planície costeira, também denominada baixada amapaense, caracteriza-se por

(A) apresentar as maiores altitudes do estado e predomínio de rochas pré-cambrianas.
(B) situar-se exclusivamente no extremo oeste e possuir relevo fortemente montanhoso.
(C) ser constituída por serras superiores a mil metros de altitude.
(D) apresentar áreas baixas, sujeitas a alagamentos periódicos e com drenagem naturalmente deficiente.
(E) possuir relevo vulcânico recente e elevada fertilidade dos solos.

9. (2026)

Entre as unidades de relevo existentes no Amapá, o planalto cristalino apresenta características distintas das áreas costeiras. Assinale a alternativa correta.

(A) É sustentado por rochas antigas do embasamento pré-cambriano e concentra algumas das maiores elevações do estado.
(B) Corresponde às áreas permanentemente inundadas do litoral.
(C) É formado apenas por sedimentos marinhos muito recentes.
(D) Apresenta altitude sempre inferior ao nível médio do mar.
(E) Encontra-se exclusivamente nas proximidades da capital Macapá.

10. (2026)

A análise das unidades de relevo do Amapá permite rejeitar a ideia de que todo o território amazônico seja uniformemente plano. No estado, observa-se

(A) predominância exclusiva de grandes cadeias montanhosas.
(B) ausência completa de planícies costeiras.
(C) uniformidade altimétrica entre litoral e interior.
(D) relevo formado exclusivamente por depressões.
(E) transição entre áreas costeiras baixas e inundáveis e regiões interiores mais elevadas e recortadas por serras.

11. (2026)

O clima do Amapá apresenta condições diretamente relacionadas à sua localização equatorial. Conforme o conteúdo apresentado, o estado possui predominantemente clima

(A) tropical semiárido, com secas prolongadas.
(B) equatorial superúmido, com temperaturas elevadas e altos índices pluviométricos.
(C) subtropical úmido, com ocorrência regular de geadas.
(D) tropical de altitude, com inverno rigoroso.
(E) mediterrâneo, com verão seco.

12. (2026)

Além das extensas formações florestais, o Amapá apresenta diversidade significativa de paisagens vegetais. Entre as formações mencionadas no conteúdo estão

(A) apenas florestas de araucárias e campos temperados.
(B) caatinga, mata de cocais e vegetação xerófila.
(C) pradarias e florestas subtropicais.
(D) florestas de terra firme, florestas de várzea, campos naturais, áreas de cerrado e manguezais.
(E) exclusivamente floresta densa de terra firme.

13. (2026)

A rede hidrográfica do Amapá exerce papel importante no transporte, no abastecimento e na geração de energia. Entre os principais rios do estado, destaca-se o rio Oiapoque por

(A) definir parte da fronteira natural entre o Amapá e a Guiana Francesa.
(B) separar o Amapá do Suriname em toda a sua extensão.
(C) constituir a única via fluvial navegável do estado.
(D) separar Macapá e Santana.
(E) estabelecer o limite sul entre o Amapá e o Amazonas.

14. (2026)

O rio Jari possui importância geográfica na delimitação territorial do Amapá. Segundo o material apresentado, esse rio

(A) delimita a fronteira internacional com a Guiana Francesa.
(B) atravessa exclusivamente o município de Macapá.
(C) separa o Amapá do estado do Pará em sua porção sul.
(D) nasce no oceano Atlântico e segue em direção ao interior.
(E) corresponde ao principal rio urbano da capital.

15. (2026)

As mudanças climáticas podem alterar significativamente o regime hidrográfico do Amapá. Entre os efeitos associados a secas mais intensas ou cheias extremas encontram-se

(A) apenas mudanças na temperatura urbana.
(B) impactos sobre comunidades ribeirinhas, navegação fluvial e geração de energia elétrica.
(C) redução automática de todas as áreas de conservação.
(D) desaparecimento imediato dos manguezais.
(E) ampliação permanente da produção agropecuária.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

1. (2026)

A Lei nº 14.735/2023 estabelece normas gerais relativas à organização e ao funcionamento das polícias civis brasileiras. Conforme o art. 1º dessa Lei, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica institucional das polícias civis.

(A) São instituições permanentes, com funções exclusivas e típicas de Estado, essenciais à justiça criminal e imprescindíveis à segurança pública e à garantia dos direitos fundamentais no âmbito da investigação criminal.

(B) São órgãos temporários, instituídos pelos Estados exclusivamente para auxiliar o Poder Judiciário.

(C) São instituições subordinadas administrativamente ao Poder Judiciário e funcionalmente ao Ministério Público.

(D) Exercem prioritariamente funções de policiamento ostensivo e preservação imediata da ordem pública.

(E) Exercem exclusivamente funções administrativas, sem atribuição para investigação criminal.

2. (2026)

A Lei nº 14.735/2023 disciplina a participação das polícias civis na estrutura nacional de segurança pública. Nos termos de seu art. 2º, as polícias civis:

(A) integram exclusivamente o sistema de justiça criminal, sem participação na governança da segurança pública.

(B) são integrantes operacionais do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e compõem o sistema de governança da política de segurança pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

(C) integram administrativamente o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

(D) estão subordinadas operacionalmente à Polícia Federal.

(E) integram o Susp somente mediante convênio celebrado com a União.

3. (2026)

O art. 3º da Lei nº 14.735/2023 determina que a lei orgânica da polícia civil de cada Estado, do Distrito Federal e de cada Território estabeleça regras específicas, observadas as normas gerais da legislação nacional. Entre as matérias expressamente previstas nesse dispositivo encontra-se:

(A) a definição dos crimes sujeitos à investigação pela polícia civil.

(B) a criação de normas processuais penais de competência exclusiva estadual.

(C) a estrutura, a organização, as competências específicas e o funcionamento das unidades policiais.

(D) a fixação das competências constitucionais do Ministério Público.

(E) a regulamentação das Forças Armadas em operações de garantia da lei e da ordem.

4. (2026)

O art. 4º da Lei nº 14.735/2023 enumera princípios institucionais básicos das polícias civis. Assinale a alternativa que apresenta um desses princípios.

(A) Supremacia administrativa absoluta sobre os demais órgãos de segurança pública.

(B) Publicidade irrestrita dos atos de investigação criminal.

(C) Subordinação técnico-jurídica do delegado de polícia ao Ministério Público.

(D) Uso diferenciado da força para preservação da vida, redução do sofrimento e redução de danos.

(E) Exclusão da participação comunitária das atividades institucionais.

5. (2026)

A preservação do caráter técnico da atividade investigativa constitui aspecto relevante da Lei nº 14.735/2023. De acordo com o art. 4º, é princípio institucional básico da polícia civil:

(A) a prevalência de critérios políticos sobre os técnico-jurídicos na investigação.

(B) a divulgação obrigatória das técnicas investigativas empregadas em cada procedimento.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

(C) a concentração de todas as decisões investigativas no Poder Executivo.
(D) a submissão da atividade investigativa à autorização prévia do Poder Judiciário em todos os atos.
(E) a autonomia, imparcialidade, tecnicidade e cientificidade investigativa, indiciatória, inquisitória, notarial e pericial.

6. (2026)

O art. 5º da Lei nº 14.735/2023 estabelece diretrizes a serem observadas pelas polícias civis. Quanto ao planejamento e à distribuição do efetivo policial, a Lei determina que sejam considerados, proporcionalmente:
(A) o número de habitantes, a extensão territorial e os índices de criminalidade da circunscrição.
(B) exclusivamente os índices de criminalidade registrados no ano anterior.
(C) apenas o tamanho territorial dos municípios.
(D) somente a arrecadação tributária da circunscrição.
(E) o número de órgãos do Poder Judiciário existentes na localidade.

7. (2026)

Entre as diretrizes institucionais previstas no art. 5º da Lei nº 14.735/2023, encontra-se a capacitação dos integrantes da polícia civil. De acordo com a norma, essa capacitação deverá ser:
(A) facultativa, limitada aos ocupantes de funções de chefia.
(B) profissional, continuada, integrada e isonômica, com os custos sob a responsabilidade do órgão policial.
(C) custeada obrigatoriamente pelo próprio servidor interessado.
(D) realizada exclusivamente por instituições privadas de ensino.
(E) destinada apenas aos delegados de polícia.

8. (2026)

De acordo com o art. 6º da Lei nº 14.735/2023, compete à polícia civil, ressalvadas a competência da União e as infrações penais militares, executar privativamente as funções de polícia judiciária civil e de apuração de infrações penais. Entre suas competências específicas está:
(A) julgar os autores das infrações penais investigadas.
(B) aplicar penas privativas de liberdade independentemente de decisão judicial.
(C) cumprir mandados de prisão, mandados de busca e apreensão, demais medidas cautelares e ordens judiciais expedidas no interesse da investigação criminal.
(D) editar leis processuais penais estaduais.
(E) exercer permanentemente o policiamento ostensivo das vias públicas.

9. (2026)

A cadeia de custódia dos elementos relacionados à investigação criminal recebe tratamento expresso na Lei nº 14.735/2023. Conforme o art. 6º, compete à polícia civil:
(A) encaminhar todos os vestígios imediatamente ao Poder Judiciário, sem qualquer tratamento prévio.
(B) permitir livre acesso aos materiais apreendidos por qualquer servidor público.
(C) destruir os materiais que não forem considerados provas definitivas.
(D) garantir a adequada coleta, a preservação e a integridade da cadeia de custódia de dados, informações e materiais que constituam insumos, indícios ou provas.
(E) transferir obrigatoriamente a responsabilidade da cadeia de custódia à Polícia Militar.

10. (2026)

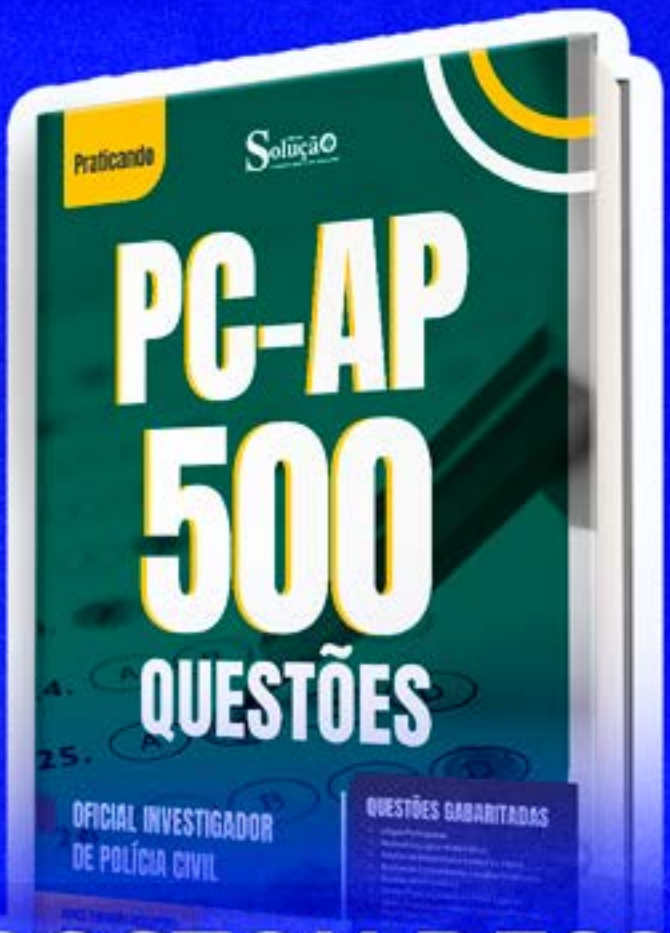
Conforme o art. 7º da Lei nº 14.735/2023, a estrutura organizacional básica da polícia civil é composta por diversos órgãos essenciais. Entre eles está:
(A) Tribunal de Justiça Policial.
(B) Ministério Público Policial.
(C) Conselho Estadual de Defesa Nacional.
(D) Secretaria Nacional de Polícia Judiciária.
(E) Conselho Superior de Polícia Civil.

11. (2026)

Nos termos do art. 8º da Lei nº 14.735/2023, a chefia da polícia civil compete ao Delegado-Geral de Polícia Civil. Quanto à sua nomeação, a norma estabelece que ele será:
(A) nomeado pelo governador e escolhido entre os delegados de polícia em atividade da classe mais elevada do cargo.
(B) eleito diretamente pelos policiais civis para mandato de quatro anos.
(C) indicado pelo Ministério Público e nomeado pelo Tribunal de Justiça.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Editora Solução
a solução para o seu concurso!



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!